

ESTRATIFICAÇÃO E CLASSE SOCIAL SOB A ÓTICA WEBERIANA – UM BREVE ENSAIO

STRATIFICATION AND SOCIAL CLASS FROM A WEBERIAN PERSPECTIVE -A BRIEF
ESSAY

Tomás Rigoletto **PERNÍAS**

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, Brasil

tomasrip25@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1769-139X> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

Este artigo realiza uma ampla discussão da sociologia weberiana que diz respeito à estratificação e classes sociais. Em primeiro lugar, discute-se algumas limitações da “hipótese de Clarke”, ao demonstrar que a teoria de Weber é muito mais rica e complexa do que os estreitos limites do marginalismo econômico permitem. Em segundo lugar, o artigo demonstra pontos de convergência e de divergência entre a teoria de classes de Weber e a de Marx, corroborando para evidenciar a riqueza pensamento weberiano. Derradeiramente, aprofunda-se nos elementos de classe e estratificação social em Weber. As considerações finais reiteram a contribuição do autor para a sociologia e para as ciências sociais, ao reiterar a qualidade da teoria de classes do autor.

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura de classe. Estratificação social. Classe social.

ABSTRACT

This article conducts a broad discussion of weberian sociology with regard to stratification and social classes. First, some limitations of the “Clarke hypothesis” are discussed, by demonstrating that a Weber's theory is much richer and more complex than the narrow limits of economic marginalism allow. Second, the article demonstrates points of convergence and divergence between Weber's theory of classes and that of Marx, corroborating to highlight the richness of Weber's thought. Ultimately, it delves into the elements of class and social stratification of Weber's thought. Final considerations reiterate the author's contribution to sociology and social sciences, by reiterating the quality of the author's theory of classes.

KEYWORDS: Class Structure. Social Stratification. Social class

1 INTRODUÇÃO: A REVOLUÇÃO MARGINALISTA E A SOCIOLOGIA DE MAX WEBER

No campo da teoria econômica, a revolução marginalista é, amiúde, lembrada pelas suas inovações que permitiram a realização de uma análise econômica mais cientificamente rigorosa. A economia, para os marginalistas, é apresentada como a dimensão econômica da sociedade. Ou seja, a análise marginalista da economia procura abstrair qualquer traço ou resquício de instituições sociais e arranjos institucionais. A revolução marginalista, portanto, tenta oferecer um método de análise econômica para qualquer sociedade de mercado, uma vez que, nesse método, as leis para a investigação do problema econômico (a alocação de recursos em meio à escassez) prescindem de qualquer vestígio ou teor ligado às instituições locais ou aos arranjos sociais específicos. O marginalismo, entretanto, oferece mais do que uma teoria da escolha racional. Seu objetivo, em larga medida, repousa em explicar a racionalidade das relações sociais numa sociedade capitalista a partir da racionalidade individual. A propriedade, as trocas, o dinheiro, a divisão do trabalho e a separação do trabalhador de seus meios de produção, nesse pensamento, são explicados não como formas históricas e específicas das relações sociais, mas como instrumentos técnicos que permitem a realização da mais perfeita racionalidade individual. Os marginalistas abstraem as instituições econômicas de seu contexto social e histórico, naturalizando as relações sociais na sociedade capitalista (CLARKE, 1982, p. 200).

Uma das preocupações centrais da Economia Política clássica, cumpre lembrar, era sistematizar a racionalidade da sociedade capitalista numa teoria da distribuição do produto total conforme os diferentes fatores de produção: o capital, o trabalho e a renda da terra. Conforme essa sistematização realizada pelos clássicos, cada fator de produção tem a sua receita determinada por regras e princípios específicos, de acordo com um modelo de sociedade baseado nas classes e seus diferentes interesses pecuniários (CLARKE, 1982, p. 200). Os diferentes “fatores de produção”, portanto, são a base que dá origem às classes sociais.

Outro, e muito diferente, contudo, é o ponto de vista dos marginalistas sobre o processo de produção de mercadorias, a racionalidade da sociedade capitalista e o papel dos fatores de produção nesses processos. O ponto de vista dos marginalistas estabelece uma ligação entre a racionalidade da sociedade capitalista e a alocação de recursos na economia. Nessa lógica de raciocínio, cada fator de produção deve ser remunerado de



acordo com a sua contribuição individual e a sua utilidade para o processo produtivo, ou seja, conforme a sua produtividade marginal. O pensamento econômico marginalista, ademais, não vê uma diferença qualitativa relevante entre os fatores de produção e como isso poderia influenciar os diferentes grupos sociais. Produtores ou consumidores, capital ou trabalho, são definições que carregam menor relevância no pensamento marginalista, ao menos para explicar a racionalidade individual. No fim das contas, são todos agentes que contribuem ao processo de produção de mercadorias, uns fornecendo trabalho, outros capital, e sendo remunerados conforme a sua produtividade marginal. Logo, para a vertente dos economistas marginais não há uma necessidade urgente e funcional de se preocupar com a conceitualização ou a teorização das mediações de classe (CLARKE, 1982, p. 200).

Nesse percurso, em que o marginalismo eliminou de seu instrumental analítico a teoria clássica das classes sociais, completou-se a naturalização da sociedade capitalista, abstraindo da economia o seu componente histórico e social. Uma separação radical, cujo resultado foi a separação do conceito de classe do “domínio” e do campo econômico. A fundação individualista do pensamento marginal concretizou esse processo. A partir de então, a separação do conteúdo social do campo de estudo da economia abriu margem para que a sociologia florescesse como uma disciplina complementar. A revolução marginalista estabeleceu as fronteiras entre o campo da economia e da sociologia moderna, e as implicações dessa lógica são bem claras: 1) esse movimento de deslocamento do foco de análise e a abstração das classes realizada pelo pensamento marginalista estabelece que o conflito de classes não é um fenômeno relevante para a compreensão das relações econômicas no capitalismo; e 2) para o pensamento econômico marginalista e seus seguidores, o conflito de classes não representa mais do que um distúrbio anômalo e superficial que impede que os mecanismos de mercado operem de maneira plena e perfeita (CLARKE, 1982, p. 200).

O ponto chave da questão, e que importa para essa primeira parte do artigo, é a hipótese de Clarke (1982, p. 255), que identifica uma suposta convergência metodológica entre os marginalistas e a análise social de Weber. Segundo o autor, ambos partilhariam de um ponto de vista liberal individualista, na medida em que Weber aceita a lógica do marginalismo como capaz de fornecer uma explicação adequada dos processos econômicos numa sociedade capitalista. Weber concorda, em alguma medida, com as explicações acerca da origem do dinheiro e as trocas no mercado; e a concepção, em larga medida criada pelos marginalistas, de que as instituições do capitalismo podem ser vistas

como personificações da racionalidade econômica, ou meios técnicos voltados a atingir objetivos econômicos.

Uma leitura cuidadosa de Weber, todavia, mostra a sua relutância em aceitar *toto coelo* os argumentos da economia ortodoxa, particularmente em relação à teoria quantitativa da moeda. Num trecho do *Excursus on Knapp's State Theory of Money*, Weber (1978) deprecia as formas mais antigas da teoria quantitativa da moeda, ao mesmo tempo em que demonstra algum apreço pela teoria do dinheiro estatal, de George Knapp. Todavia, Weber tece críticas importantes aos escritos de Knapp: em primeiro lugar, não se pode ignorar a possibilidade de desvalorização do dinheiro causada pela emissão de papel moeda. Além disso, como apontam Rocha e Aggio (2009), Weber chama atenção para a conflitualidade existente na valorização e na desvalorização do dinheiro, e Knapp, ao afirmar que todos os homens são, simultaneamente, devedores e credores, obscurece o debate. Weber, nesse sentido, se distancia das formas ortodoxas de compreensão da política monetária, tal apresentadas pelo marginalismo econômico; e, ao mesmo tempo, confronta as proposições heterodoxas, trazendo argumentos geralmente mais caros aos economistas austríacos de roupagem liberal, como Mises e Carl Menger.

Há, para mais, pontos importantes de discordância: Weber não concorda com o processo de “naturalização” da racionalidade econômica, e tampouco com a ideia de subordinação dos fins éticos e políticos aos desígnios desta racionalidade. Para Weber, a racionalidade econômica deve se subordinar e ser avaliada de acordo com a sua contribuição para a prosperidade nacional, para a estabilidade social e o fortalecimento cultural e político da nação. Vale lembrar das palavras de Weber, na aula inaugural realizada na Universidade de Freiburg, em sua nova disciplina de Economia Nacional:

(...) Os processos de desenvolvimento econômico são também em última instância lutas de poder. São interesses de poder nacional sempre que postos em questão, e são os interesses últimos e decisivos que a política econômica de uma nação deve servir. A ciência da política econômica nacional é uma ciência política. Ela é uma serva da política, não da política momentânea dos grupos e classes dominantes no momento, mas dos perenes interesses de poder nacional (WEBER, 2003).

Weber, além disso, insiste na especificidade histórica da racionalidade capitalista: não se pode tomar a racionalidade econômica como um valor absoluto, introjetado desde sempre psicologicamente nos indivíduos. Uma das primeiras tarefas da sociologia weberiana, desse modo, é evidenciar os limites dessa orientação (a racionalidade econômica capitalista), ao demonstrar que se trata de uma, entre várias possíveis

orientações. Para a sociologia weberiana, é possível analisar as instituições e os modos de ação na sociedade capitalista em seu próprio contexto histórico (CLARKE, 1982, p. 255).

Ao discorrer sobre as categorias sociológicas da ação econômica, além disso, Weber (1978) mostra que racionalidade pode se apresentar de diferentes formas, a depender da situação concreta analisada: uma ação racional no âmbito político pode ser economicamente orientada, ao considerar as provisões necessárias para se atingir um determinado objetivo; por outro lado, uma técnica racional trata de escolher entre diferentes alternativas tecnológicas para cumprir um mesmo fim. Outrossim, pode-se pensar em racionalidade como o famoso princípio do “menor esforço” para o cumprimento de um objetivo. Em suma: ainda, que Weber desenvolva métodos de mensuração da racionalidade que resguardem alguma intimidade com o marginalismo econômico, nota-se algum grau de maleabilidade da ideia de racionalidade em Weber. Ou seja, conceito de “racionalidade”, em Weber, é mais abrangente e complexo do que o empregado pelos adeptos do marginalismo econômico.

Clarke (1982), inclusive, aponta que Weber aceita a caracterização formal da racionalidade econômica proposta pelos marginalistas, mas rejeita a tentativa do liberalismo econômico de fazer dessa racionalidade um ideal ético absoluto, a ponto de se sobrepor sobre os ideais culturais, morais, religiosos e políticos. Entretanto, Clarke acredita que Weber não se opunha à teoria marginalista da economia, contanto que ela ficasse contida em seus limites. Segundo Clarke, Weber não fornece uma teoria econômica alternativa, se envolvendo em querelas econômicas, pois o autor acreditava que as ideias teóricas da economia forneciam a base para uma sociologia da ação econômica. Weber enxergaria as instituições da propriedade privada dos meios de produção, as trocas, a divisão do trabalho, o dinheiro, salários, preços e os lucros como condições e expressões da racionalidade da ação econômica, e seria a partir dessas instituições que ele teria fundado a sua sociologia. A especialidade de sua contribuição, à vista disso, repousa não em uma sociologia econômica, mas em situar a abstração formal realizada pelos economistas marginalistas numa moldura mais analítica mais ampla.

Ainda sobre a “hipótese de Clarke”, cabe destacar um contraponto interessante realizado por Swedberg (1998), que vê em Weber as bases de uma sociologia econômica. Há, segundo o autor, um aspecto paradoxal da vida e a obra de Weber: aqueles interessados na obra do alemão eventualmente notarão que Weber se via como um economista, mas, na posteridade, ele se tornou conhecido como um sociólogo. Swedberg

(1998), inclusive, afirma que Talcott Parsons, um sociólogo, vê os escritos de Weber como pertencentes à esfera da sociologia. No mesmo sentido, segundo Swedberg, Mark Blaug, um economista, aponta que Weber foi uma das grandes figuras do campo sociológico. O *mainstream* da economia e da sociologia concordam sobre este ponto. Todavia, os feitos acadêmicos de Weber se deram todos na economia: seu trabalho como docente, era na economia; ao longo da sua vida, ele se apresentava profissionalmente como um economista; num de seus últimos manuscritos, Weber (2004, p. 1) diz “*nós, economistas políticos*”, tal como ele fez ao longo de sua carreira. Se Weber era realmente um sociólogo, porque ele se voltaria ao estudo da economia, se recusaria a trabalhar no campo da sociologia, e até se apresentaria como um economista? Swedberg (1998) responde: não é adequado dizer, simplesmente, que na realidade Weber era um economista, e não um sociólogo. Isso seria um equívoco. É fundamental considerar que, na época de Weber, a economia era um campo de conhecimento mais amplo do que atualmente. A fronteira entre a economia e a sociologia ainda estava sendo construída, e a “profissionalização da economia” engatinhava. A sociologia não existia como uma disciplina independente.

Swedberg (1998), além disso, chama atenção para uma peculiaridade da formação de Weber: havia, entre os historiadores alemães do pensamento econômico, a presença marcante dos estudos ligados à administração e ao papel do Estado, às finanças estatais e à política econômica, ao contrário dos economistas ingleses, estes últimos mais focados no indivíduo. Quando Weber iniciou os seus estudos, no começo dos anos de 1880, uma nova geração de historiadores economistas estava emergindo, sendo G. Knapp um dos nomes de destaque. Weber se beneficia indiretamente deste contexto, ao ser influenciado por uma corrente de pensamento que via na economia mais do que uma mera teoria do mercado e das trocas, mas, sim, uma mistura entre moral e ciência política.

Em suas aulas, Weber aprovava o uso do termo *homo economicus*, e, ao discutir a formação de preços, empregava a versão austríaca da utilidade marginal. Por outro lado, ele discutia as “fundações históricas da economia” por meio de historiadores, e de economistas orientados pela história, além de indicar, sobre a economia e os fenômenos culturais, autores como Comte, Spencer e Tönnies. Para além do impacto causado por Weber em sua aula inaugural na Universidade de Freiburg (já mencionada), Weber se auto denominava um economista nacionalista. Em vez de se esconder sob a autoridade da “ciência”, o economista deveria ser corajoso para afirmar o que ele realmente acreditava que deveria ser feito. Era isso que Weber fez (SWEDBERG, 1998).



O ponto a reter da dedicação que Weber teve para com a economia repousa na compreensão do autor de que estudo econômico deve ser muito mais amplo do permitem os estreitos limites do marginalismo. Logo, para a teorização da economia, e de suas partes (os fenômenos econômicos, os fenômenos economicamente relevantes e aqueles economicamente condicionados), Weber emprega diferentes ciências sociais, sendo a abordagem econômica apenas uma delas. Foi somente na última década de vida do autor, vale ressaltar, que ele optou por voltar a sua atenção à aplicação da sociologia e aplicá-la aos fenômenos econômicos, criando uma sociologia econômica, no sentido mais preciso do termo (SWEDBERG, 1998).

De todo modo, nesse movimento, Weber criou a possibilidade da sociologia se desenvolver não como um ramo oposto ao da economia, mas como um campo de estudo autônomo e complementar à economia. Assim, a sociologia se tornou uma disciplina autônoma, que investiga as formas sociais que não poderiam ser compreendidas a partir da economia marginalista, ou seja, os fenômenos que não podem ser reduzidos à ideia dogmática da maximização do bem-estar. É nesse sentido que Clarke (1982) define Weber como o grande fundador da sociologia moderna, na medida em que o alemão estabeleceu a definição dos campos de estudo da economia e da sociologia, delineando os limites do estudo econômico e os espaços que seriam preenchidos pelos sociólogos.

2 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA ANÁLISE SOCIAL WEBERIANA – PARA ALÉM DE MARX

A teoria de Marx sobre o capitalismo e as classes sociais não passou despercebida às críticas, que vieram de todos os lados. Um dos principais argumentos contra a interpretação marxista das transformações históricas, por exemplo, destaca o seu caráter demasiado “restrito” e simplista, que não subsistiria a uma análise detalhada e empírica dos fatos numa sociedade capitalista. A sociedade alemã, cumpre ressaltar, até o final do século XIX, não se encontrava polarizada em duas classes sociais, e a classe trabalhadora não estava pauperizada. O que parecia acontecer nesse país, de fato, era uma melhora no padrão de vida da população com o crescimento econômico sob um ambiente nacionalista que precedeu a primeira grande guerra. Os trabalhadores urbanos, ademais, com as suas distintas qualificações (como a ascensão dos colarinhos brancos) e as suas diferenças culturais, escancaravam mais a existência de frações de classe e da distinção social do que realmente uma unificação do proletariado empobrecido. São contrastes sociais que



sugerem a importância de compreender também outros aspectos das distinções de classe, para além da posse dos meios de produção, que envolvem diferenças de status, prestígio e outras variáveis que influenciam no processo de estratificação (TURNER, 1998, p. 07).

O fracasso da interpretação marxista em explicar realidade social durante o século XX fortaleceu os movimentos políticos denominados “reformistas”, que perseguiram uma rota pacífica em direção ao socialismo, sem necessariamente envolver o conflito aberto entre as classes sociais. Além de prover as bases para o que se poderia se chamar de uma “sociologia da estratificação”, ao tentar solucionar algumas deficiências analíticas do marxismo, os adeptos das novas vertentes constataram alguns problemas: a) certas diferenças de classe estão relacionadas à dimensão cultural e se manifestam por meio de um estilo de vida; b) a expansão do capitalismo deu origem a uma nova classe média; c) é importante diferenciar os proprietários dos gerentes e administradores; d) e, por fim, o crescimento do estado de bem estar social e a participação democrática mitigaram alguns efeitos negativos do capitalismo (TURNER, 1998, p. 07)

Frente ao surgimento das “novas classes médias”, que compreende toda a gama de ocupações que surgiu como o resultado do desenvolvimento econômico nos quadros do capitalismo moderno, Weber foi o primeiro autor a apresentar uma alternativa teórica robusta ao pensamento de Marx, ao diferenciar, primeiramente, os modos de estratificação que existem na sociedade: classe, prestígio e honra. Secundariamente, Weber passou a tratar a distribuição de poder como um fenômeno independente, ao passo que Marx via a esfera do poder como um produto exclusivo da estratificação social. Weber, portanto, demonstra que entre as duas grandes classes fundamentais de Marx havia uma escala de status e prestígio que merecia atenção, e haveria uma outra maneira de classificação social, relacionada a outros fatores que não somente a posse dos meios de produção. (BOTTOMORE, 1968, p. 24).

A estratificação social relacionada ao prestígio, pondera Bottomore (1966), modifica o sistema de classes, tal como concebido por Marx, de duas maneiras: em primeiro lugar, ocupa-se o espaço, antes vazio, entre as principais classes no capitalismo. A ideia de grupo de status permite a criação de uma “ponte” entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, na medida em que se pode pensar numa série de posições intermediárias, ranqueadas conforme uma ordem de status. Para mais, a estratificação por meio do prestígio sugere também uma outra noção de hierarquia social, que pode ser vista como uma ordem contínua de posições da escala social, com “lugares” hierarquicamente organizados conforme o prestígio detido por cada posição, e não somente de acordo com

a posse dos meios de produção. A relação entre os grupos de status, para mais, é de competição e de emulação dos padrões de vida, e não de conflito. É a partir da obra de Weber, vale salientar, que Mills (1956) obtém as suas fundamentações teóricas para o desenvolvimento de seu livro *A Nova Classe Média*.

Portanto, a despeito da força de persuasão e coerência teórica das teses marxistas, é preciso considerar também outras vertentes de pensamento sobre a estrutura social. Existe o perigo de que a construção da história do homem, sob a tese do materialismo histórico de Marx, termine por obstruir a flexibilidade mental para a pesquisa, ponderam Gerth e Mills. Na medida em que Marx apresenta a história social como uma série de etapas pré-selecionadas para provar a veracidade de suas teses, reduzindo todos os fenômenos sociais à base econômica, corre-se o risco de negligenciar a importância de outras instituições, ordens e fatores que também merecem atenção (GERTH, MILLS, 1973). Vale lembrar da distinção por Weber (2006) em *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais*, em que o autor distingue entre os fenômenos “economicamente relevantes”, “economicamente condicionados” e os “fenômenos econômicos”.

Mills e Gerth não deixam de enfatizar que as condições econômicas e tecnológicas condicionam e limitam os papéis individuais na sociedade. As instituições econômicas limitam e condicionam as atividades educacionais, artísticas, religiosas e militares, e a ciência moderna tem dado cada vez mais atenção às determinações econômicas sobre todas as outras “esferas sociais”. Trata-se de uma escolha de interpretação, contudo, ver na ordem econômica o caminho de penetração mais conveniente para se compreender a estrutura social. A maior prova de que tal escolha heurística tem seus méritos é o fato de que, ainda que ela não tenha sido aceita por todos, tal visão foi ao menos parcialmente incorporada em diversas teorias subsequentes (GERTH, MILLS, 1973, p. 28).

Segundo Mills e H. Gerth, a sociologia weberiana se tornou reconhecida pelo desenvolvimento dos conceitos de classe, status e poder, que consistem em variáveis importantes para explicar e descrever a diferenciação social. Munido de outros elementos que vão além da propriedade dos meios de produção, Weber analisa a classe trabalhadora por meio de outras dimensões, algo que a teoria marxista, em função de suas limitações já explicitadas, não é capaz de realizar. A bateria de conceitos empregados na sociologia weberiana abriu margem para o surgimento de uma nova série de estudos históricos e comparativos, em que a riqueza e a propriedade dos meios de produção não eram os únicos fatores envolvidos na diferenciação social. A partir de então, as teorias de estratificação e

classes sociais passaram a se dividir entre: o materialismo histórico de Marx e a sociologia Weberiana (GERTH, MILLS, 1973).

Cumpra salientar que a análise social de Marx e Weber possuem muito em comum. Ainda que seja verdade que Weber enfatizava o papel do status para a compreensão da classificação social, ambos os pensadores concordam com os economistas clássicos acerca da escassez de recursos da sociedade, sobre a possibilidade de existir um conflito de classes e, por fim, sobre o papel que este último tem em produzir algum grau de modificação histórico. Bryan Turner comenta, inclusive, que é possível que a diferença mais relevante entre os dois resida no fato de que Weber não acreditava que a sociedade comunista colocaria um fim na sociedade de classes ou em outras formas de estratificação. O pessimismo de Weber com os rumos da revolução russa é uma evidência de que, em sua visão, as desigualdades sociais oriundas das diferenças de classe, status, e poder são características inevitáveis de todas as sociedades humanas, capitalistas ou comunistas (TURNER, 1998, p. 10).

Nascido em 1864, Weber fez parte de uma geração que enxergou o surgimento da social-democracia não como o produto de causas excepcionais, mas como uma consequência da oposição fundamental entre os interesses de classe na sociedade capitalista, bem como da inclinação que as classes apresentam de se organizarem em prol desses mesmos interesses. O marxismo tinha, evidentemente, um grande apelo entre os integrantes dessa geração: Marx foi preciso em chamar atenção para o fato de que o conflito de classe é uma característica central da sociedade capitalista. A geração de Weber, contudo, rejeitando as soluções socialistas, viu a oportunidade de estabelecer as condições de regular e subordinar a luta de classes à objetivos éticos, nacionais e políticos. Em favor da liberalização das políticas estatais, diminuição das restrições sobre o capital e regulação do sindicalismo, trata-se de uma geração que procurava conciliar o conflito de classes com a existência de um consenso político e ético que embasa a criação do Estado liberal. No fundo, preocupado com os problemas e os limites do livre mercado, e, ao mesmo tempo, atentos à natureza e aos limites do Estado liberal, Weber foi um dos mais destacados representantes dessa geração (CLARKE, 1982, p. 246).

Weber foi até mesmo um economista político que contribuiu diretamente para o surgimento de uma nova disciplina acadêmica de sua época: a sociologia. Em sua carreira, o autor não somente publicou estudos que hoje são considerados leituras obrigatórias nos cursos de sociologia (entre eles *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, *Política como vocação* e *Ciência como vocação*), mas também estudou as mais diversas áreas das

ciências humanas, lecionando nas universidades de Friburgo, Viena, Munique e Heidelberg. Sua obra mais importante, entretanto, *Economia e Sociedade*, não foi terminada em vida, e foi publicada postumamente, após ser editada por sua esposa, Marianne Weber (HESS, 2001, p. 25).

Weber e Marx, é preciso salientar, pertenciam não somente a gerações diferentes, mas possuíam também orientações políticas distintas: Weber não era um radical, mas, sim, um liberal com aspirações nacionais. Se Marx, que era de uma geração diferente da de Weber, pôde vivenciar apenas os estágios iniciais do capitalismo, Weber teve a vantagem de observar o capitalismo já em uma fase mais desenvolvida, além de poder, mesmo que à distância, testemunhar eventos como a Primeira Grande Guerra e a Revolução Russa. Nesse sentido, Andreas Hess explica: em função de Weber ter vivenciado tais acontecimentos, o autor é menos otimista com relação ao futuro da humanidade. Algo que pode ajudar a explicar sua abordagem mais realista acerca do desenvolvimento social. (HESS, 2001, p. 26).

Aprofundando nas diferenças entre os dois autores, novamente, pode-se mencionar que, a respeito da luta de classes, é preciso lembrar que os autores escrevem em períodos fundamentalmente distintos do capitalismo. Marx, em sua visão, observava as lutas de classe com otimismo, enquanto, na época vivida por Weber, a luta de classes entre o proletariado e os proprietários passou a girar em torno do preço do trabalho. Além disso, no início do século XX, Weber testemunhou o desenvolvimento da classe trabalhadora nos quadros da sociedade moderna, num contexto em que outros fatores, inexistentes ou pouco desenvolvidos durante a vida de Marx, passaram a ter relevância: a racionalização da produção industrial a diversificação ocupacional, a intervenção e o poder estatais, os sistemas legislativos modernos, o crescimento das burocracias, os partidos políticos e os líderes carismáticos, por exemplo. Fatores que, cumpre mencionar, tiveram um impacto significativo nos sistemas de estratificação sociais, pois levaram a uma maior diferenciação entre os indivíduos (HESS, 2001, p. 28).

Grande parte dos escritos de Weber, pondera Anthony Giddens, reflete um esforço de desconstrução da narrativa marxista de que a luta de classes é o motor que impulsiona o desenvolvimento da sociedade. Para abordar essa ideia, Weber estabelece que, em primeiro lugar, o fato de a esfera política estar relegada em segundo plano na teoria de Marx resulta num exagero quanto à relevância das relações econômicas na organização da sociedade; em segundo lugar, ao não reconhecer a importância das filiações de status ao longo da história, a teoria de Marx desconsidera que existe a possibilidade de formação

de grupos independentemente das relações de classe, dado a sua visão centrada quase que exclusivamente em aspectos puramente econômicos (GIDDENS, 1975, p. 57).

Ainda que Weber tome como fato que a “situação de classe” é mais relevante que a “situação de status” para determinar as relações sociais no capitalismo, o autor difere de Marx no seguinte ponto, explica Giddens: para Weber, o ponto que estabelece a diferença fundamental entre o capitalismo moderno e formas de organização socioeconômica precedentes não reside no caráter de classe do capitalismo. O ponto de ruptura crucial, para Weber, está no caráter racionalizado da empresa produtiva capitalista, uma característica que seguiria existindo numa organização socialista da sociedade, aliás. Nesse sentido, o processo de expropriação que acontece entre o trabalhador e os seus meios de produção, assim como a expropriação do controle direto de seu trabalho, integra para Weber um processo mais amplo, que diz mais respeito às tendências gerais que seguirão existindo, e menos com uma característica especial de um modo de produção específico (GIDDENS, 1975, p. 57).

Em relação ao conceito de classe, especificamente, Wright (2002) aponta que a diferença central entre Marx e Weber reside na ênfase que o primeiro autor dá aos conflitos em torno da apropriação do produto do trabalho. O foco weberiano, por sua vez, está voltado exclusivamente para as transações realizadas no mercado. Pode-se ilustrar essa divergência numa situação concreta: Weber rejeita a ideia de que os escravos configuram uma “classe”, pois são indivíduos que não participam efetivamente do mercado, incapacitados de ofertar e consumir bens e serviços. Marx, por outro lado, assume que a escravidão é uma forma pré-capitalista de relação de classe. Enquanto Marx vê uma relação de exploração de classe na escravidão, encontrada também entre os trabalhadores e os capitalistas, ou entre os senhores feudais e os servos; Weber enxerga um “grupo de status”, hierarquizado na sociedade conforme o seu “estilo de vida”. O ponto chave a ser retido desse exemplo, e que ilustra a divergência teórica dos autores, é a ênfase marxista na exploração, que não representa um eixo estruturante da teoria weberiana¹.

Ademais, para Weber (1978, p. 304) o mero exercício de diferenciação das classes conforme a posse da propriedade não implica na existência ou na identificação automática de antagonismos, lutas e revoluções. É perfeitamente possível que as classes privilegiadas,

¹ Eric Olin Wright pondera que o conceito de exploração não configura um apoio que baliza a construção da teoria weberiana, mas isso não significa que Max Weber se abstenha de tocar no tema. Por vezes, Weber emprega o conceito não no sentido marxista, de “apropriação do trabalho alheio”, mas sim como a apropriação de uma oportunidade, inclusive com alguma compatibilidade para com a teoria microeconômica neoliberal. Ver mais em Wright (2002, p. 26).

diz o autor, coexistam sem antagonismos com as classes desprivilegiadas. Os donos dos escravos, por exemplo, podem coexistir sem conflitos com os camponeses, inclusive em situações de solidariedade, em detrimento dos escravos. Há situações específicas em que a contraposição das classes pode induzir às revoluções e aos conflitos, mas a mera existência das classes não leva, obrigatoriamente, ao conflito revolucionário. Além disso, os conflitos existentes podem levar a uma modificação na distribuição da renda e da riqueza, sem que isso leve a uma mudança do sistema econômico.

Antes de terminar este tópico, cabe fazer algumas considerações sobre os pontos de convergência entre Marx e Weber. Apesar do conceito de “classe” ocupar uma posição central na teoria de Marx, e uma posição relativamente periférica na teoria de Weber, há convergências relevantes entre os dois autores. Em primeiro lugar, em ambos os autores o conceito de classe é tratado com aspectos “relacionais”², ou seja, a classificação social não envolve uma hierarquização dos indivíduos em gradações, pois a classe deriva das interações entre os atores sociais. Ademais, nos dois autores a propriedade é um elemento fundamental da divisão de classes no capitalismo. Em terceiro lugar, tanto Marx quanto Weber veem a divisão de classes em termos objetivos, e a tratam como atores coletivamente organizados. Evidentemente, com relação a esse último ponto, há diferenças terminológicas a se considerar: Marx joga luz sobre as relações de classe, ao falar em um sistema de classes, enquanto Weber emprega o termo “posição de classe. Outrossim, Marx diz em classe “para si”, ao passo que Weber prefere a ideia de uma organização consciente de classe. Para mais, em ambos há a noção de que uma determinada posição de classe favorece a percepção de interesses materiais específicos, e isso influencia a ação social. Todavia, há uma discrepância brutal entre os autores, vale ressaltar, quanto às condições necessárias para que a ação coletiva seja deflagrada: para Marx, o capitalismo gera, inerentemente, a ação coletiva organizada de classe; Weber, por seu turno, não faz essa predição. Entretanto, mesmo nesta polêmica há uma convergência importante: Weber e Marx compartilham da ideia de que o proletariado, no capitalismo moderno, preenche as condições para que as associações de classe e a ação coletiva aconteçam (WRIGHT, 2002).

A diferença especial entre os autores, explica Wright, reside na previsão de longo prazo da trajetória do capitalismo, que, para Marx, levará ao fortalecimento das condições necessárias para deflagrar a ação coletiva, algo que não é presente em Weber.

² Eric Ohlin Wright (2002), mais especificamente, emprega o termo “*relational concepts of class*” para descrever um ponto de convergência entre os dois autores mencionados.

Derradeiramente, ambos carregam uma divergência adicional, mais relacionada às previsões futuras, e menos relacionadas as suas diferenças teóricas, o que engendra mais um ponto em comum entre eles: classe e status. Marx e Weber compartilham da ideia de que: a) os grupos de status impedem a operação plena dos mercados capitalistas (WRIGHT, 2002, 12); b) os grupos de status fornecem uma alternativa à identidade de classe, e, por fim; c) o mercado capitalista tende a enfraquecer a importância dos grupos de status e os seus efeitos na estratificação social. Neste ponto, a divergência entre os autores, novamente, diz respeito à previsão futura de cada autor: Marx acreditava que o desenvolvimento do capitalismo eliminaria a relevância dos grupos de status, enquanto Weber não demonstra essa certeza.

3 ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E CLASSE PARA MAX WEBER

Sobre o método de investigação de Max Weber, cumpre ressaltar que: para o autor, somente uma parcela da realidade histórica pode ser entendida e compreendida pelo investigador. Portanto, a realização desse exercício de análise e esclarecimento requer, a partir de uma observação *a posteriori* de uma realidade histórica, a utilização de instrumentos de interpretação que possam caracterizar os fenômenos observados. É justamente aqui que entram aqui os conceitos “puros”, o “tipo ideal”. Pode-se entender o “tipo ideal” como uma construção mental para a caracterização de padrões de comportamento, em que são realçados determinados elementos, abstraindo-se de outros, com o intuito de facilitar a descrição e o entendimento dessa realidade (HIRANO, 1975, p. 17)³.

Uma vez que a realidade histórica é inapreensível em sua totalidade, ou seja, não se pode compreender todos os elementos e as suas interações numa determinada realidade histórica, Weber faz uso de tipos ideais, construções teóricas figuradas para realizar uma interpretação dos fatos sociais observados. Trata-se da elaboração de regras formais para garantir um *conhecimento condicional* da realidade: isolar determinados elementos e os fatores principais de uma realidade concreta para viabilizar a interpretação de um certo fenômeno social. Procura-se, no tipo ideal, reter os conceitos essenciais, deixando de lado os aspectos *acessórios*, de modo a construir uma determinada leitura de um fato social. Trata-se da elaboração de *esquemas interpretativos* (HIRANO, 1975).

³ Ver também Fernandes (1967).

Elísio Estanque (2015, p. 35) diz que Weber foi o pensador clássico que mais inspirou novas teorias de estratificação social. Ao formular três conceitos basilares para descrever as desigualdades: a classe, o status e os partidos, o autor inaugura uma nova forma de explicar a diferencial social, jogando luz sobre as diversas dimensões da desigualdade. São conceitos que, posteriormente, serviriam como o ponto de partida para outras teorias que integram a corrente “weberiana”. Assim, essa tríade conceitual representa, no pensamento de Weber, esferas relativamente autônomas que retratam as diferentes dimensões das desigualdades socioeconômicas. Ademais, Weber emprega as categorias analíticas de “classes aquisitiva” (volume de riqueza e patrimônio) e “classes sociais” (trajetórias de mobilidade social semelhantes), duas dimensões possíveis da leitura de classes, com o fito de apreender ângulos distintos dos contrastes sociais.

Andreas Hess (2001) argumenta que, a despeito de Marx ter sido acusado de ter uma definição “econômica” de classe, ainda que ele mesmo tenha enfatizado que a classe é, no fundo, uma relação social, foi Max Weber – um economista político – que criou uma definição econômica das classes sociais. Resumidamente, para Weber a classe é definida por três fatores: 1) em primeiro lugar, pelo destino em comum que os indivíduos possuem em suas chances de vida; 2) em segundo lugar, pela renda e pelos interesses econômicos em comum que as pessoas podem ter; 3) por fim, e em terceiro lugar, a classe é definida pela posição que os indivíduos têm no mercado, seja pelo tipo de serviço ou trabalho (qualificado ou não) ofertado, ou pela posse da propriedade, sendo esta última variável (posse ou não posse de propriedade) um fator decisivo que influi nas chances de competir no mercado. Ou seja, para Weber, “classe” é uma categoria econômica determinada pelo mercado, ou pela posição no mercado, o que depende, fundamentalmente, do acesso que o indivíduo tem à propriedade, às posses, ou o tipo de serviço oferta, genericamente falando (HESS, 2001, p. 28).

Uma classe social, no sentido de Weber, é formada por um aglomerado de situações de classe ligadas pelo fato de que envolvem chances comuns de mobilidade tanto dentro da carreira dos indivíduos quanto através das gerações (GIDDENS, 1975, p. 48).

Giddens diz que Weber, no texto *Classe, Status e Partido*, realizou o que Marx não fez em sua obra: discutir explicitamente o conceito de classe. Como o nome do texto sugere, Weber primeiramente faz uma diferenciação de “classe”, “status” e “partido”. Em segundo lugar, o autor apresenta uma concepção mais pluralista de classe. De todo modo, a distinção que Weber faz dos tipos de propriedade utilizada para a obtenção da renda e, de

outro lado, o tipo de serviço oferecido para se vender no mercado, oferecem uma tipologia mais detalhada que o instrumental dicotômico de Marx, explica Giddens. Portanto, pode-se distinguir rentistas de empresários, assim como pode-se discernir vários tipos de classes médias, uma classificação útil posto que esta última pouco tem a ver com os trabalhadores não qualificados (GIDDENS, 1975, p. 48). Não é uma coincidência que Mills (1969), em *A nova classe média – White collars*, parte de Weber para estabelecer a diferenciação social em seu estudo (MILLS, 1969).

Weber entende o conceito de “classe” como um grupo de pessoas que possui um conjunto de oportunidades, condições, experiências de vida e possibilidades de aquisição de bens e poder em comum. São as situações e as perspectivas de vida em comum que caracterizam uma “classe” no sentido weberiano: um grupo de pessoas que se encontra na mesma “situação de classe”. Além disso, o autor pondera que a forma pela qual a propriedade material é distribuída entre os indivíduos (que competem no mercado) é um fato relevante. A “propriedade”, bem como a “falta de propriedade”, são categorias essenciais para a definição da situação de classe. O ponto que distingue a ótica weberiana da análise de Marx e dos clássicos, é preciso salientar, repousa em afirmar que dentro das categorias supraditas (“propriedade” e “não propriedade”) há mais possibilidades de diferenciação: qual é tipo de propriedade é utilizada para o lucro; ou ainda qual é o tipo de serviço oferecido no mercado. Os “proprietários” podem variar enormemente conforme sua capacidade de consumo, liquidez de seus ativos e controle da produção. Ao passo que os aqueles “destituídos” da propriedade, por seu turno, fornecem uma ampla gama de serviços, das mais variadas formas. O cerne da análise de classe para Weber, à visto disso, reside no mercado: o tipo de oportunidade no mercado é o fato decisivo para a classificação social. “‘Situação de classe’, nesse sentido, é, em última análise, ‘situação de mercado’” (WEBER, 1971, p. 214).

O modelo de classes de Weber, envolvendo a possibilidade de níveis importantes de diferenciação de classes dentro da categoria dos “sem propriedade”, é de particular significado aqui. (...). E, ainda talvez mais importante, a burocratização estimula um crescimento progressivo da proporção de trabalhadores não-manuais no mercado de trabalho: trabalhadores em ocupações em que o recrutamento é governado pela posse de vários níveis de qualificação educacional. Isso cria um agrupamento white-collar em expansão, cuja situação de classe difere substancialmente da situação daqueles em ocupações manuais (GIDDENS, 1975, p. 53).

Se, para Weber, os integrantes de uma mesma classe compartilham “chances de vida” idênticas, cabe aprofundar quais são os fatores que estabelecem essa semelhança



mencionada. Esses fatores são, fundamentalmente: 1) a distinção dos proprietários e dos não proprietários; e 2) os tipos de habilidades e as competências detidas pelos indivíduos. As “chances de vida” entre os indivíduos serão distribuídas, portanto, conforme esses recursos são “levados” à esfera das trocas (o mercado). O ponto relevante dessa análise reside de fato de que esses recursos possuem valor apenas quanto apresentados na esfera do mercado, no momento das “trocas”. Breen (2005), nesse sentido, reitera que a situação de classe, para Max Weber, é uma definição que se dá no âmbito do mercado. Assim, segue que uma das implicações mais importantes da análise weberiana é o fato de que o autor, ao considerar uma variedade de recursos que podem criar diferentes situações de mercado, e, portanto, diversos níveis de retorno e remuneração, abre a possibilidade de identificação de várias classes: “classes econômicas”, aliás (BREEN, 2005).

Weber, portanto, é um pensador que corrobora com a noção de classe determinada pelas relações do mercado e pela da estrutura de propriedade típica do sistema capitalista. Weber reconhece, assim, o mérito da percepção marxista sobre a estrutura de classes moderna. Contudo, o autor também agrega outros elementos “subjetivos” para a investigação da estrutura social: consciência de classe, estilos de vida, status e prestígio são aspectos que serão levados em consideração por Weber para esclarecer melhor a problemática da estratificação social no capitalismo moderno (GERTH, MILLS, 1971, p. 88). A classe social para Weber, todavia, não é criada somente pelas clivagens observadas no mercado, ou pelas diferentes remunerações que podem ser identificadas na estrutura ocupacional. As classes sociais, que existem em menor número, possuem um traço distintivo importante: a mobilidade social. Uma classe social é formada tanto pela soma de posições de classe semelhantes, mas também por perspectivas de mobilidade social em comum (BREEN, 2005).

Nas palavras de Melvin Tumin:



Weber concordou com alguns aspectos fundamentais do pensamento marxista (muito mais fundamentalmente do que o reconheceram alguns estudantes de estratificação social), sobretudo com a significação crucial dos aspectos econômicos da estratificação. Para Weber, como para Marx, o controle da propriedade é um fato básico na determinação das oportunidades de vida de um indivíduo ou de uma classe. No entanto, ao contrário do que ocorria com Marx, Weber acrescentava à dimensão econômica da estratificação, duas outras dimensões: o poder e o prestígio. Weber considerava que a propriedade, o poder e o prestígio, como três bases separadas, embora em interação, a partir das quais se criam as hierarquias de qualquer sociedade. As diferenças de propriedade criam as classes; as diferenças de poder criam os partidos políticos; as diferenças de prestígio criam agrupamentos de status ou estratos (TUMIN, 1970, p. 19).

Sedi Hirano, ao trazer uma visão sobre o pensamento de Weber que converge com os autores aqui reunidos, acrescenta que Weber, ao abordar o conceito de “classe”, se refere a um grupo de pessoas que compartilha um conjunto de oportunidades de vida e interesses econômicos (posse de bens e ganhos de renda) em comum. O seu o conceito de classe diz respeito a um grupo de que esteja na mesma “situação de classe”. Por situação de classe, entende-se a oportunidade *típica* de possuir bens materiais, condições e experiências pessoais de vida (um determinado o estilo de vida), sendo estas condicionadas pelo volume e o tipo de poder dos agentes, na medida em que podem dispor desse poder para transformá-lo em benefícios econômicos. Ademais, Weber, ao qualificar não somente a distinção de “proprietários e não proprietários”, mas também o tipo de serviço oferecido no mercado pelos indivíduos, abre margem para uma melhor caracterização dos atores sociais (HIRANO, 1975, p. 17). Ou seja, para Weber a “classe” está diretamente relacionada ao *tipo de oportunidade no mercado* que o grupo, ou o indivíduo, possui.

Weber, assim, estabelece a classificação social com base na posse de bens e oportunidades distribuídas no mercado. Isto é, os limites de uma classe estão dados pelo mercado. Na compreensão weberiana, o “fato gerador” de uma classe é o interesse econômico, sendo este intimamente ligado à existência do mercado. As ações comunitárias de uma classe, por outro lado, dependerão de aspectos culturais e circunstanciais: as “ações de classe” são condicionadas pelo grau em que os agentes reconhecem os contrastes entre as diferentes oportunidades de vida (de outras classes), e compreendem que a distribuição dos frutos econômicos não é um fato absoluto a ser aceito, mas um resultado da presente distribuição da propriedade e da estrutura econômica. Em Weber, ademais, o conceito de classe pode ser localizado em diferentes períodos da história,

mostrando que seu conceito de classe carrega um caráter poli histórico, ou seja, não há historicidade específica dos termos. De todo modo, a ordem econômica é a matriz geradora da estrutura de classes. É o interesse econômico ligado à existência do mercado, por um grupo social, que “cria” a classe (HIRANO, 1975, p. 69).

Nesse ponto, cabe um adendo. Na sociologia de Max Weber, o “problema” da historicidade de determinadas formações sociais é menos relevante. O ponto central a ser captado é a formação social típica, ou ideal, para a elaboração teórica e a caracterização da realidade. Dessa forma, explica Sedi Hirano, a transformação social, ou ainda, a transição entre determinados tipos de organização social não é um ponto significativo em Weber. O contrário, todavia, é encontrado na teoria de Marx, que atrela os problemas centrais de sua teoria das classes sociais à historicidade e periodicidade da evolução das forças produtivas (HIRANO, 1975, p. 81).

A chave estrutural para a interpretação das formações sociais é, para Marx, a produção social historicamente determinada. Para Weber, a ação social e a relação social, sendo o ponto de partida a primeira. É a partir da definição da ação social que se constrói todo o edifício poli histórico da sociologia weberiana (HIRANO, 1975, p. 109).

De todo modo, Marx e Weber não estavam de acordo quanto à probabilidade de que os integrantes de uma mesma classe econômica possam vir a se constituir num agrupamento unido em torno dos mesmos interesses materiais, dispostos a lutar em conjunto para atingir os seus interesses objetivos. Trata-se de uma discordância que se deve ao fato de Weber não acreditar que os operários irão, inevitavelmente, tomar consciência de sua “verdadeira” posição social, adquirindo assim a convicção necessária para se rebelar contra o sistema que os explora. Essa revolta, para Weber, acontecerá somente, e quando, o operário não tomar mais como inevitável e obra do acaso a distribuição das chances de vida, e reconhecer que esse contraste se deve não a uma façanha da sorte, mas de um produto da distribuição desigual da propriedade e das características da estrutura econômica da sociedade (TUMIN, 1970, p. 19).

Cumprir lembrar do que Weber (1978) escreve no capítulo IX, do volume II de “*Economia e Sociedade*”, ao tratar sobre os tipos de luta de classe. Dizer que homens de uma mesma situação de classe reagem de forma similar frente a uma situação econômica concreta, criando as bases para a ação coletiva, é uma constatação simples, e importante para a compreensão da história. Todavia, não se pode, a partir dessa observação, acreditar que há algo como um interesse unificado, a todo momento, dos membros de uma mesma

classe. Para Weber, não há algo como um interesse de classe definindo e bem especificado que, permanentemente, ronda a consciência dos integrantes de determinada classe.

Ainda sobre esse tema, Anthony Giddens lembra que, para Weber, a classe é um elemento objetivo que influi nas oportunidades e chances de vida dos indivíduos. Entretanto, somente em determinadas condições as pessoas de uma mesma classe tomam consciência desse fato e passam a se engajar em prol de seus interesses econômicos em comum. Desse modo, Weber quebra a relação direta e imediata entre classe e consciência de classe, tal como colocada por diversos adeptos da teoria marxista. Richard Breen, ao escrever sobre os fundamentos da escola weberiana, lembra que o fato de um indivíduo apresentar ou não uma consciência de classe é algo que está relacionado tanto às condições culturais em que o sujeito está inserido, bem como dependerá de quão evidente e transparente são as ligações entre as causas e as consequências de se pertencer a uma determinada classe social. Somente no momento em que as condições e os resultados de se pertencer a uma certa classe são reconhecidos é que a consciência de classe pode emergir (BREEN, 2005, p. 33).

É preciso manter em mente que, na teoria de Weber, pode-se contrastar os termos “classe” e “grupos de status”: enquanto a classe se fundamenta sobre critérios econômicos, uma comunidade que compartilha do mesmo status, ou seja, de critérios subjetivos, é formada sobre outros parâmetros que não as situações de mercado. Pode-se, nesse sentido, afirmar que enquanto a classe diz respeito a critérios objetivos (as posições dentro das relações de produção), o status está mais relacionado aos aspectos subjetivos (as relações e percepções sociais envolvidas no consumo). Trata-se de “um contraste entre a produção e o consumo” (GIDDENS, 1975, p. 49).

Segue, portanto, que o pertencimento a uma determinada classe, status ou partido é um fenômeno que pode envolver uma certa sobreposição ou interseção entre essas dimensões. Na análise de Weber, essas categorias obedecem a dinâmicas que funcionam separadamente umas das outras, e nenhuma delas pode ser totalmente reduzida e igualada umas às outras. Breen (2005), por exemplo, argumenta que os partidos e os grupos de status são elementos mais relacionados à distribuição de poder na sociedade: a ação coletiva, vale lembrar é a própria razão de existência do partido; ao passo que os grupos de status podem influir na consciência do sujeito, elevando o seu grau de ciência acerca de seus interesses pessoais e de classe, ao aguçar o seu reconhecimento de pertencer a uma determinada uma classe social, fomentando também as bases para a tomada de ação coletiva.

Giddens (1975, p. 49), para mais, salienta que os partidos também se sobrepõem e estão ligados aos critérios de classe e status, ou seja, com a esfera econômica e a esfera social. Weber (1978), compreende o partido como associações voltadas à obtenção de poder para assegurar vantagens materiais aos seus membros. Uma definição ampla, que permite a identificação dos partidos em diversos tipos de organizações, assumindo diferentes formas, sejam os seus objetivos caracterizados pelo curto prazo, ou orientados à formulação de atividades permanentes. Logo, um partido existe dentro de uma organização, de modo que o seu objetivo seja influenciar na distribuição, ou na conquista de poder.

Ou seja, os partidos são formados para atingir determinados objetivos, ou certas causas, estejam eles no âmbito econômico, ou social. Os partidos, ademais, têm a sua importância diferenciada conforme a classe ou o grupo de status a que representam numa sociedade (HESS, 2001, p. 30). O poder, todavia, não configura para Weber uma terceira dimensão da estratificação. Ainda que o autor seja claro ao dizer que as classes, os grupos de status e os partidos são fenômenos da distribuição de poder, o ponto chave é compreender que, em contraste com a teoria de Marx, Weber enfatiza que o poder deve ser visto de maneira separada da dominação econômica (GIDDENS, 1945).

Um dos polos de distinção entre “classes e “grupos de status” está, assim, centrado no contraste entre o “objetivo” e o “subjetivo”: “classe” é um fenômeno que opera independentemente da percepção que o indivíduo tem da sua situação, já que esta é dada na estrutura de mercado; “status”, por outro lado, está baseado na consciência de filiação e diferenciação do grupo. Mas as classes e os grupos de status também são distinguíveis devido ao fato de as primeiras serem criadas na esfera da produção, os segundos na esfera do consumo (GIDDENS, 1975, p. 95)

O pertencimento a um determinado grupo de status, ademais, transcende as relações geradas no âmbito do mercado, pois “a filiação a um grupo de status (...) carrega consigo vários tipos de privilégios monopolísticos” (GIDDENS, 1975, p. 49). De todo modo, pondera Giddens, os grupos de status e as classes estão amiúde relacionados por meio da propriedade, uma vez que a propriedade é um aspecto fundamental da determinação da situação de classe, bem como para a criação das bases de um estilo de vida específico. Assim, a classe e o status não configuram duas dimensões da estratificação, mas, sim, maneiras diferentes (por vezes concorrentes) de formar grupos sociais.

A ordem social e a ordem econômica não são idênticas. A ordem econômica é para nós apenas a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e utilizados. A ordem social é, obviamente, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez reage a ela. Assim: “classes”, “grupos de status” e “partidos” são fenômenos de distribuição de poder dentro duma sociedade (WEBER, 1976, p. 62)

Em síntese, a abordagem weberiana carrega uma interpretação da sociedade que traz três tipos distintos de possibilidades para os agrupamentos sociais, que se diferem tanto pelo grau de autoconsciência de seus objetivos em comum e senso de pertencimento a uma comunidade, bem como se diferenciam em relação aos seus interesses fundamentais e busca por determinados fins sociais. Há as classes, com o seu foco econômico; a honra, que é a base dos grupos de status; e o poder, foco dos partidos. Amiúde, os participantes nesses grupos diferentes apresentarão similaridades, e haverá momentos em que a classe será idêntica ao grupo de status e ao partido político. Contudo, a sobreposição entre tais grupos é apenas uma das possibilidades, pois é possível que existam discrepâncias de toda sorte entre os grupos mencionados. A sobreposição de características, portanto, não é mandatória para Weber (TUMIN, 1970, p. 21).

No mesmo sentido, Hirano (1975) diz que Weber distingue três ordens relevantes para compreender organização social: a ordem econômica, a ordem social e a ordem jurídica. Como já descrito nos parágrafos anteriores, a ordem econômica diz respeito à distribuição e utilização dos bens e dos serviços; a ordem social, por sua vez, se dá pela forma como se distribui a honra social na comunidade; por derradeiro, a ordem jurídica, que influencia de modo direto na distribuição de poder e é em larga medida condicionada pela ordem econômica, é descrita pelo autor como um elemento que aumenta a possibilidade de se assegurar a posse das ordens econômicas e sociais. As classes têm o seu fundamento criado na ordem econômica, ao passo que os estamentos tinham suas bases na esfera social. Ao caracterizar as castas, os estamentos e as classes, contudo, Weber pressupõe uma relativa independência entre as ordens sociais, econômicas e jurídicas: o que configura uma tentativa de refutação da teoria marxista (HIRANO, 1975).

Littlejohn (1972) também apresenta uma convergência com os autores aqui reunidos. O autor diz que Weber, tal como Marx, viu na estratificação um fenômeno relacionado à distribuição de poder e às lutas para conquistá-lo. Entretanto, Weber se diferenciou de Marx em diversos aspectos: a) notadamente em relação à sua concepção de poder; b) em relação a sua análise sobre o curso da história; e, c) quanto aos fundamentos da estratificação social. Segundo Weber, existem três fatores importantes

para explicar a estratificação: as classes, os grupos de status e os partidos. As classes, no seu entendimento, formadas a partir de posições diferentes no mercado, onde os agentes competem para maximização do lucro material; grupos de status, uma categoria ligada à honra social, relacionada ao prestígio na sociedade, um grupo para quem as oportunidades de vida são condicionadas pela honra social possuída. As relações entre grupos de status e as classes, por sua vez, são variadas e complexas, dado que um grupo de status pode incluir pessoas de diferentes classes em seu seio. Assim, para Weber o status é uma dimensão de estratificação distinta da classe. Um partido, em justaposição em relação às classes e grupos de status, possui funcionários e procura a contínua implementação de seus objetivos. Ou seja, a contribuição de Weber para os estudos de estratificação repousa em demonstrar que ela pode se manifestar por meio de três dimensões, não necessariamente coincidentes: a classe, o status e o poder.

Weber, nesse sentido, procurou descrever novos fatores que passaram a ter importância para a diferenciação social. A luta de classes, evidentemente, ainda tinha importância, mas era preciso complementar a pintura com novos conceitos que pudessem caracterizar essa nova situação, como o status e os partidos. Enquanto a classe poderia ser facilmente discernida olhando a posição individual no mercado, o status dizia respeito à ordem social, um fator intimamente ligado ao estilo de vida, ocupação, honra, que configura aspectos que possibilitam um enorme espectro de diferenças entre os indivíduos, e por vezes são de difícil mensuração. Como a classe e o status se sobrepõem um ao outro, e ambos estão ligados à posição no mercado, a importância relativa de cada um dependerá das circunstâncias históricas e transformações na esfera socioeconômica. Weber, por exemplo, diz que quando as bases de aquisição e distribuição de bens estão relativamente estáveis, a diferenciação via status pode se tornar preponderante. Contudo, quando as modificações econômicas e as inovações tecnológicas ameaçam a estratificação por status, o caráter de classe volta a ser o critério fundamental da diferenciação social. Assim, períodos em que a classe é o fator essencial da estratificação são geralmente marcados por transformações econômicas e técnicas de grande monta (HESS, 2001, p. 29).

O conceito de classe social, para Weber, que não é exatamente mesmo de uma classe econômica, envolve três componentes típicos: 1) situação de classe - oportunidades de vida semelhantes determinadas pela situação de mercado; 2) intercâmbio pessoal, e; 3) sucessão de gerações. Segundo Hirano (1975, p. 65), são quatro as classes sociais: o proletariado, a pequena burguesia, a *intelligentsia* e a classe dos proprietários e os privilegiados pela educação. Giddens (1975, pp. 54-55), no mesmo entendimento,

ênfatisa: nos quadros do capitalismo, Weber identifica quatro classes sociais: a classe operária manual; a pequena burguesia; os trabalhadores de colarinho branco não proprietários (categoria que engloba os diversos tipos de *white collar* e técnicos); e, por fim, aqueles privilegiados por meio da propriedade e educação. Por meio de uma concepção de classe pluralista, Weber desconsidera aspectos importantes da teoria de classes de Marx e de tendências do desenvolvimento capitalista formuladas por este último autor. Para Weber, as classes médias tenderiam a se expandir, e não o contrário. Breen, (2005), ao escrever sobre os fundamentos da escola de pensamento de Weber, apresenta o mesmo entendimento dos autores aqui reunidos. Para Weber, diz o autor, há no capitalismo quatro grandes classes sociais, sendo elas: 1) os grupos dominantes empresariais e “proprietários”; 2) a pequena burguesia; 3) os trabalhadores com credenciais formais, que formam a classe média; e, por fim, 4) aqueles cujo único recurso e posse é a sua força de trabalho – a classe trabalhadora.

A teoria de Weber, no entanto, não é isenta de problemas, pondera Giddens (1975). O tratamento abstrato que Weber dá aos conceitos de classe, status e partido trazem algumas dificuldades:

(...) ao mesmo tempo que fornecem o tipo de análise conceitual concisa que falta em Marx, são, entretanto, exposições inacabadas e quase que não servem senão para oferecer uma introdução mínima aos complexos problemas explorados em seus escritos históricos (GIDDENS, p. 49)

Weber, mesmo com uma maior dedicação que Marx em detalhar mais adequadamente os conceitos aqui mencionados, também mostra dificuldades em explicar as conexões entre as relações de classe e status entre os diferentes períodos históricos. Ao invés de permitir uma explicação aprofundada sobre os fenômenos descritos, os conceitos de Weber parecem servir ao propósito de abordar, superficialmente, determinados temas (GIDDENS, 1975, p. 49).

Um olhar cuidadoso do clássico *Economia e Sociedade*, todavia, demonstra que Weber (1978) estabelece conexões mais claras entre os grupos de status e a classe. Segundo o autor, o status pode estar relacionado à posição de classe, ou a outros elementos, como a riqueza, mas nunca será um atributo único e exclusivo de um determinado fator. O dinheiro e a posição de um empresário, por exemplo, não são qualificações de status, mas decerto influenciam na determinação do seu status individual. Um servidor público, ou um estudante, podem deter “quantias” de status que variam consideravelmente, mormente em função da riqueza detida por cada um deles. Todavia, a

sua educação formal também é um elemento determinante do status. Ao mesmo tempo em que o status está relacionado à posição de classe individual, isso não implica numa justaposição obrigatória e exata dessas duas categorias. Ao contrário das classes, segue Weber, os grupos de status são, nas palavras do autor, amorfos, com uma aparência e uma natureza menos definidas. Derradeiramente, cumpre salientar que a “situação de status” envolve os componentes de vida positivamente ou negativamente relacionados à honra, que, por seu turno, se conecta com diversos fatores, como a situação de classe, a distinção de classe, a propriedade, riqueza e até o pertencimento à determinadas esferas de convivência. A honra se expressa, sobretudo, por meio do estilo de vida de seus detentores.

Richard Breen (2005) é comedido, por seu turno, ao estabelecer um limite às ambições weberianas no que diz respeito à investigação das classes sociais. Segundo o autor, na análise de Weber não é possível observar nenhuma hipótese de que as transformações históricas podem ser explicadas por meio das relações ou dos conflitos entre as classes, tal como é verificado no materialismo histórico marxista. Em Weber, aliás, também não se identifica pista alguma de que o conflito de classes é um conflito de “soma zero”, em que os benefícios de uma classe privilegiada se devem única e exclusivamente à privação e exploração de outra classe. Breen, inclusive, vai além e diz que, em Weber, não há premissa alguma de que a luta de classes é a maior fonte de conflitualidade do capitalismo, ou de que o conflito entre as classes criará as bases para a ação coletiva. O foco da análise de classe de Weber, cumpre não esquecer, repousa em ver como o mercado é a fonte primordial criadora das desigualdades com relação às “chances de vida”. O mercado, todavia, não é na teoria de Weber um fato “dado”. Em sua acepção, o mercado é também uma forma de ação social, condicionada e regulada por uma ordem legal, fruto de um processo complexo ligado à diversos fatores, principalmente sociais, tal como já evidenciado nos seus escritos sobre a religião protestante e o espírito do capitalismo (BREEN, 2005, 34).

Cabe notar que, a despeito da luta de classes não ocupar um papel central na análise weberiana, o antagonismo entre as classes foi um tema de destaque nos escritos do autor. Weber (1978, p. 930) ao discorrer sobre os tipos de luta de classe, diz que houve uma grande mudança do tipo de antagonismo verificado entre as classes ao longo da história. Sob o risco de comprometer a precisão da análise, o autor comenta que as lutas envolvidas nas situações de classe foram, do consumo do crédito e da disputa por *commodities*, na antiguidade, para o mercado de trabalho, nos tempos mais atuais. Antigamente, as disputas entre classes se davam entre os camponeses e pequenos produtores, presos pelas dívidas

contraídas, em oposição aos credores. Ou ainda, entre a massa de pessoas sem propriedade, em conflito com os que se beneficiavam da escassez dos alimentos e das matérias primas. Nos tempos modernos, por outro lado, o antagonismo entre as classes se deslocou para o preço do trabalho, e aqueles diretamente envolvidos nessa disputa são os que mais sentem os impactos desse conflito, como os proletários, os executivos e os empresários, a despeito de serem os rentistas, os banqueiros e os acionistas os que mais ganham neste processo. Em suma, ainda que a teoria de Weber não encontre na luta de classes o seu ponto nodal, a conflitualidade entre as classes é um elemento relevante para Weber explicar a ação individual em situações de disputa e antagonismo, e para jogar luz sobre a formação dos partidos.

Outra crítica ao pensamento weberiano é encontrada no texto *Shadow of Exploitation in Weber's Class Analysis*. Wright (2002) pondera que, se as teorias fossem julgadas pelo não dizem, na mesma medida em que o são para o que efetivamente dizem, a marca do pensamento weberiano seria o seu silenciamento sobre o conceito de exploração, que não possui um tratamento sistemático na obra de Weber. Em nenhum outro aspecto a teoria weberiana difere tanto das premissas de Marx como nessa questão, pondera Ohlin Wright: Marx foca na exploração; enquanto Weber enfatiza as chances de vida. Evidentemente, o conceito não está completamente ausente em Weber, mas o autor não teoriza sobre o tema, não o conecta de modo relevante ao seu pensamento, e não vê problemas em desconsiderar a exploração nas relações de classe.

Em Weber, a exploração é tratada como um problema relacionado ao “incentivo ao trabalho”, um entrave de caráter “técnico”. Se os trabalhadores controlam o seu trabalho, mas os empresários se apropriam do produto deste trabalho, haverá uma limitação da racionalidade técnica do processo de produção, na medida em que haverá uma tendência, por parte dos trabalhadores, de limitação de seu esforço, em consequência da “*redução, ou desaparecimento completo (...) do interesse do trabalhador em realizar um esforço ótimo*” (WRIGHT, 2002, 849; APUD WEBER, 1978, 129). Conforme esse raciocínio, para a obtenção de mais eficiência do trabalho realizado pelos funcionários, seria preciso expropriar o trabalhador de todo e de qualquer meio de produção, a ponto de ele perder o controle de seu trabalho. É justamente aqui que Ohlin Wright estabelece uma relação entre a lógica weberiana da exploração e a visão neoliberal do processo produtivo: os trabalhadores devem ser restringidos de controlar o seu processo de trabalho, de forma a

se evitar perdas de eficiência. Em última instância, a apropriação do trabalho é, para Weber, um problema ligado à racionalidade da organização econômica⁴.

As consequências desse silenciamento de Weber com relação à exploração e as suas implicações não impedem, é claro, que se dê a merecida atenção para este assunto. Contudo, pondera Wright (2002), não se pode ignorar que uma elaboração teórica que desconsidere a relevância da exploração de classe pode, indiretamente, condicionar os rumos de futuras pesquisas, por exemplo: sem o uso do conceito de exploração, acrescenta-se boa dose de dificuldade para uma comparação histórica entre os sistemas de classe; ignora-se, ademais, como o processo produtivo é o fato gerador de interesses que fomentam a luta de classes; e, por fim, direciona-se o estudo das classes para uma determinada agenda que pode obliterar como a exploração determina as relações sociais. Além disso, a compreensão weberiana sobre a exploração, mais compreendida como um problema ligado à racionalidade e à eficiência produtiva no capitalismo moderno, enfatiza os interesses capitalistas; ao passo que a compreensão de Marx sobre a exploração, como um conceito estruturante dos antagonismos de classe, joga luz sobre os interesses dos trabalhadores. Marx, na mesma medida em que mostra como o incremento da “eficiência” é prejudicial aos trabalhadores, coloca o problema de modo a demonstrar também como essas contradições podem ser superadas, algo ausente em Weber.

Derradeiramente, cabe dizer que a economia política de Max Weber pode ser interpretada como um reflexo do mundo e das transformações sociais que ocorreram durante a vida do autor. A sua obra representa, ao seu modo, uma tentativa de teorizar e criar conceitos para explicar uma sociedade crescentemente modernizada. Nesse sentido, a economia política weberiana é mais “economicista” do que a crítica à economia política de Marx, argumenta Andreas Hess, posto que Weber coloca as classes e a luta de classes como elementos pertencentes à esfera econômica. Nesse raciocínio, o capitalismo é um sistema organizado em torno de problemas que dizem respeito, essencialmente, ao âmbito econômico. Weber, ademais, foi capaz de ir mais adiante do que conseguiram os economistas clássicos e a crítica de Marx: as observações weberianas quanto à tendência de burocratização e à racionalização da sociedade foram aspectos que a análise de Marx,

⁴ Wright (2002, 26) faz a seguinte ressalva: isso não implica que Max Weber ignore por completo que essa forma de “racionalidade” da organização econômica possa fazer mal aos trabalhadores. Weber apenas não vê esse problema como um ponto fulcral para a determinação das relações de classe e para as implicações mais gerais do sistema econômico.

demasiadamente centrada num suposto eterno desenvolvimento das forças produtivas, foi incapaz de prever (HESS, 2001).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos quadros do capitalismo moderno, diversas transformações econômicas produziram repercussões importantes na estrutura social. A incorporação da ciência aos processos de produção, o engrandecimento das unidades produtivas e a expansão do setor de serviços, por exemplo, impactaram profundamente nos rumos do desenvolvimento social e econômico verificados ao final do século XIX e durante boa parte do século XX. A expansão dos serviços terciários, um dos fenômenos mais importantes do capitalismo moderno, ampliou sobremaneira a oferta de cargos de nível médio. Essas transformações econômicas deram uma nova feição às estruturas sociais de todos os países que vivenciaram semelhantes mudanças na estrutura produtiva. Trata-se, no fundo, da transformação de uma estrutura social polarizada e rígida, no caso do capitalismo inglês, ou da transformação de uma sociedade mais dinâmica e menos desigual, no caso norte-americano, numa sociedade urbano-industrial, marcada pelo crescimento da produtividade, incremento da condição material das classes trabalhadoras e, de modo geral, maiores possibilidades de afluência social.

Max Weber é um autor que conseguiu captar o “espírito de seu tempo” ao retratar a complexidade social de uma sociedade mergulhada nas profundas transformações do capitalismo moderno. Para desenvolver sua análise, Weber desenvolve novas categorias para fazer a distinção social da classe trabalhadora e apresenta uma definição de “classe” mais pluralista do que Marx propôs no século anterior. Sua interpretação dos fenômenos sociais, vale acrescentar, é mais adequada ao novo panorama que o autor observava, em que os conflitos sociais permaneciam vivos e a economia ainda condicionava as “chances” e as trajetórias de vida individuais, mas a crescente complexidade social se mostrava por demais evidente, exigindo uma nova interpretação, com novas categorias descritivas. Uma teoria que tinha em seu cerne o controle dos meios de produção já não era suficiente para descrever as clivagens mais básicas da sociedade. A radicalização da sociedade descrita por Marx não ocorreu, e a única tendência que parecia se concretizar era a da racionalização social, nas mais diversas esferas da vida.

A despeito dos aparentes vínculos entre as premissas do marginalismo econômico e o pensamento weberiano, como sugere a hipótese de Clarke (1982), a qualidade, a



complexidade e a riqueza da teoria de Weber vão muito além do que permitiriam os estreitos limites teóricos do arcabouço marginalista. Enquanto o marginalismo econômico avança na abstração do contexto social e histórico em que as instituições estão inseridas, Weber faz justamente o movimento contrário, como sugerem os que veem na teoria weberiana as bases de uma sociologia econômica. O fato de Weber empregar termos econômicos de cunho ortodoxo em seu raciocínio, ou fazer uso de instrumentos teóricos oriundos do marginalismo, não revela que o autor aceita sem ressalvas a teorização proposta pela ortodoxia econômica. Revela, sim, a adoção de uma metodologia analítica diversa, com algum grau de ecletismo, com o intuito de melhor descrever a paisagem social que ele observava.

Para mais, a teoria de classes de Weber, que possui uma relação de divergência para com a de Marx, mas não de antagonismo, evidencia o perfil de um investigador disposto a ir muito mais longe do que a lupa do marginalismo econômico poderia sequer vislumbrar. Além disso, as diferenças entre a teoria de Marx e a de Weber, amiúde, estão mais relacionadas as previsões que cada autor faz para o desenvolvimento do capitalismo, e menos relacionadas às divergências teóricas em suas respectivas análises. Pode-se argumentar, derradeiramente, que a falta de uma conexão mais apurada entre a teoria de classes de Weber e o conceito de exploração, tão central em Marx, não mostra, necessariamente, uma falha analítica do pensamento weberiano, mas uma peculiaridade de seu prisma de análise, de suas convicções teóricas e de suas posições pessoais.

REFERÊNCIAS

BREEN, R. Foundations of a neo-weberian class analysis. *In*: WRIGHT, E. O. (Org.) **Approaches to Class Analysis**. New York: Cambridge University Press, 2005.

BOTTOMORE, T. B. **As classes na sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BOTTOMORE, T. B. **Classes in Modern Society**. New York: Vintage Books, 1966.

CLARKE, S. Marx, **Marginalism and Modern Sociology – from Adam Smith to Max Weber**. London: Macmillan, 1982.

ESTANQUE, E. **Classe média e lutas sociais – ensaio sobre sociedade e trabalho em Portugal e no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2015.

FERNANDES, F. **Fundamentos Empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Cia. Nacional, 1967.



GERTH, H; MILLS, W. **Caráter e estrutura social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GERTH, H; MILLS, C. W. Introdução: o homem e sua obra. *In*: WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

GIDDENS, A. **A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HESS, A. **Concepts of social stratification – european and american models**. Nova York: Palgrave, 2001.

HIRANO, S. **Castas, estamentos e classes sociais – introdução ao pensamento de Marx e Weber**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LITTLEJOHN, J. **Estratificação social – uma introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MILLS, C W. **A Nova Classe Média (White Collar)**. Rio De Janeiro: Zahar, 1969.

TUMIN, M. M. **Estratificação social – as formas e funções da desigualdade**. São Paulo: Livraria pioneira, 1970.

TURNER, B. S. On the origins of the sociology of social class – introduction. *In*: TURNER, B. S (Org.). **Readings of the sociology of social class**. London: Routledge/Thoemmes Press, 1998.

WEBER, M. **A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais**. *In*: WEBER, M. **Sociologia**. São Paulo: Ativa, 2003.

WEBER, M. Classe, estamento, partido. *In*: WEBER, M; Ensaio de Sociologia; GERTH, H. H; MILLS, C. W. (Orgs.). **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WEBER, M. Classe, status, partido. *In*: BERTELLI, A. R; PALMEIRA, M. G. S; VELHO, O. G. (Orgs.). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WEBER, M. **Economy and Society – an outline of interpretive sociology**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1978.

WEBER, M. **The vocation lectures**. Indianapolis/In. Ed: Hackett Publishing Company. 2004.

WEBER, M. **O Estado Nacional e a Política Econômica**. *In*: WEBER, M. **Sociologia**. São Paulo: Ativa, 2003.

WRIGHT, E. O. **The Shadow of Exploitation in Weber’s Class Analysis**. *In*: American Sociological Review, vol 67, n. 6, pp. 832-853. 2002.



NOTAS

TÍTULO DA OBRA

Estratificação e classe social sob a ótica weberiana – um breve ensaio.

Tomás Rigoletto Pernías

Mestre em Desenvolvimento Econômico

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Instituto de Economia, Campinas, Brasil.

tomasrip25@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1769-139X>

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional (CC BY). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido: 26/05/2020

Aprovado: 08/01/2021

